

Elementos para uma interpretação discursiva do possessivo português*

Anne-Marie Spanoghe**

Fundação Nacional Belga de Investigação Científica
(Universidade de Gent)

Resumo

Partindo da observação de que a sintaxe da língua portuguesa pode ser sensível a factores de natureza discursiva, estudamos o funcionamento do possessivo português na perspectiva do discurso, e, mais particularmente, desde o ponto de vista do narrador. Um breve exame dos três aspectos constituindo a problemática do possessivo português -as «concorrências» entre o possessivo (*o meu*), o artigo definido (*o*) e o possessivo sem artigo definido (*meu*)- revela que, embora estejam implicados critérios de descrição muito diferentes, o facto de (poder) apresentar um referente como identificável (ou não) influencia a preferência por cada uma das unidades linguísticas mencionadas.

Palavras chave: Português - possessivo - discurso

Abstract

This paper investigates the Portuguese possessive functions in discourse and how we can explain, from the narrator's viewpoint, the existence of three options constituting its syntax: the use of the possessive pronoun (*o meu*), the definite article (*o*) and the possessive adjective (*meu*). This research reveals that although in each of these three cases the descriptive criteria are fundamentally divergent, the possibility of presenting the referent as identifiable (or not) determines the preference for each of the three linguistic elements previously mentioned.

Key words: Portuguese- possessive - discourse

* Data de aceptación: marzo de 1996

** Agradecemos à professora M.A. Formiga a sua preciosa colaboração.

0. INTRODUÇÃO

Propor uma análise discursiva da sequência [o] meu, [o] teu, ... em português supõe que haja possibilidade de a sintaxe portuguesa ser sensível a factores de natureza discursiva¹. Por outra parte, adoptar uma perspectiva discursiva requer uma fixação terminológica: compreendemos por «interpretação discursiva» a interpretação que se afasta das análises filosófica e lógica (do artigo definido, por exemplo)² para valorizar a função do possessivo³ no seio do discurso (ou do «texto»)⁴. Finalmente, o tipo de discurso escolhido⁵ é narrativo; o corpus compõe-se de seis romances de língua portuguesa - três romances de autores originários de Portugal e três romances de autores originários do Brasil -. Nestes textos narrativos consideramos a problemática do possessivo do ponto de vista do narrador, pois parece-nos que *la plupart du temps c'est bel et bien le locuteur qui est responsable de la description et celle-ci sera choisie de manière à ce que l'interlocuteur puisse repérer correctement le référent dont il est question*⁶. Dada a impossibilidade -nos limites deste estudo- de inventariar todas as ocorrências do artigo definido, constituímos o corpus a partir das construções do tipo [o] meu pai, [o] meu livro, ... e procurámos as construções correspondentes com o artigo definido *o pai, o livro, ...*

Em nosso entender, a problemática do possessivo português abrange três aspectos, dois dos quais são tratados na literatura gramatical e científica.

As gramáticas contrastivas acham difícil decidir da ocorrência do artigo definido em vez do possessivo (*o meu* vs. *o*):

On doit éviter d'employer l'adjectif possessif quand le contexte ne laisse aucun doute sur l'identité du possesseur. C'est déjà le cas, en français, pour les parties du corps [...]. Mais le portugais étend cet usage à de nombreuses catégories de substantifs qui, en français, sont accompagnés du possessif, ex.

- Les vêtements: Perdi o chapéu
- Les objets personnels: Onde é que você pôs o guarda-chuva?

¹ Num estudo comparativo sobre a sintaxe da posse inalienável em francês, em espanhol e em português, observou-se que a língua portuguesa, contrariamente às espanhola e francesa, conta regularmente com o impacto de factores pragmático-discursivos (cf. A.-M. Spanoghe 1995).

² Nestas publicações estabelece-se a relação entre o artigo definido e
(i) a «definitude» (*definiteness*), cf. B. Russell (1905), G. Frege (1952);
(ii) a existência, cf. P.F. Strawson (1950);
(iii) a «referencialidade» (*referentiality*), cf. K. Donnellan (1971).

³ Compreendemos por «possessivo» a sequência [o] meu, [o] teu, ...

⁴ Tomamos o termo de discurso no sentido largo de «unidade de comunicação», cf. E. Benveniste 1966, O. Ducrot (1984:176): «Ce qu'on appelle «texte» c'est d'habitude un discours censé faire l'objet d'un choix unique, et dont la fin, par exemple, est déjà prévue par l'auteur au moment où il rédige le début». Para uma reflexão mais aprofundada sobre a terminologia *texto/discurso*, cf. L. Lundquist (1990).

⁵ A nossa opção pelo texto literário narrativo não implica que queiramos imitar o estudo do discurso oral (cf. M.L. Pratt 1977). Para uma tipologia do texto, veja-se os estudos de R.E. Longacre (1976), E. Werlich (1983), J.-M. Adam (1985) e de M. Metzeltin (1990).

⁶ M. Galmiche (1983:65). Cf. também A.-M. Spanoghe (1995).

- Les termes de parenté: João veio sem a mulher
et beaucoup d'autres encore.»⁷

Na tradição gramatical portuguesa é considerada como problemática a questão do emprego ou da ausência do artigo definido anteposto às formas *meu, teu, ... (o meu vs. meu)*:

Na boa lógica gramatical portuguesa, estes adjectivos possessivos devem ser em regra acompanhados do artigo definido [...]. Não é regular no português de Portugal, embora por vezes usado e até vulgarmente usado, dizer-se: '**dei-te meu livro**' [...], formas em que foi eliminado o artigo definido. Tal eliminação é muito do gosto dos Brasileiros.⁸

O presente estudo reexaminará as duas vertentes acima mencionadas (1. e 2.) e terminar-se-á com uma reflexão sobre o terceiro aspecto do funcionamento do possessivo português, nomeadamente a alternância das formas *meu* e *o* (3.).

1. PRIMEIRO ASPECTO: ARTIGO DEFINIDO (O LIVRO) OU POSSESSIVO (O MEU LIVRO) ?

Principalmente nas gramáticas contrastivas a «concorrência» entre o possessivo (*o meu, o teu, ...*) e o artigo definido (*o, a (s)*) tem sido considerada em relação com determinadas categorias semânticas. Fala-se na dos nomes designando partes do corpo (M.J. Abreu e C. Rameh (1966/7: 227), P.Teyssier (1976:106-107), E.Bechara (1987³¹:262)), relações de parentesco (M.T. Hundertmark-Santos Martins (1982: 97)) e objectos pessoais (P.Teyssier (1976:106-107), M.T. Hundertmark-Santos Martins (1982:97), E.Bechara (1987³¹:261)).

Ora, as ocorrências⁹ do corpus mostram que as categorias semânticas citadas não implicam incondicionalmente a substituição do possessivo pelo artigo definido. Vejamos, por exemplo, as construções seguintes com

- nomes designando partes do corpo:

Perante **os nossos olhos**, desagregavam-se aqueles edifícios [...]. (Cláudio 165)

[...] e eu vi que **os seus olhos** não podiam entender mais essa maneira de terminar o mundo. (Melo 36)

Recordariam por muito tempo a aparição do velho, na altura em que deixavam o quartel, e o silêncio que também envolvia **o seu perfil**. (Pires 146);

- termos de parentesco:

E, no casarão onde vivíamos ainda, com **a minha mãe** e **os meus três irmãos solteiros**, assaltava-me o ímpeto de abandonar aquela quadra atabufada [...]. (Cláudio 114)

⁷ P. Teyssier (1976:106-107)

⁸ R. de Sá Nogueira (1969²:255). Cf. também M.Rodrigues Lapa *apud* H.Meier (1957:373).

⁹ Por razões de sistematização, apresentamos unicamente exemplos de autores oriundos de Portugal.

- Quero-me ir embora pra casa!
Quero ir à **minha mãe!** (Melo 42)

«Levem-me para a **minha neta.** Por tudo, senhores.» (Pires 29);

- objectos pessoais:

[...] o fundador da Escola Náutica de Sagres, o qual, abrigado nas abas do **seu largo chapéu**
[...] imperturbavelmente sonda o horizonte a conquistar. (Cláudio 50)

-Alferes Ribeiro, por favor pegue na **sua pistola** e dê-me um tiro na boca. (Melo 134)

«Estamos destinados um ao outro. Viajas comigo, mijas comigo, fumas **os meus cigarros...**
Queres melhor, pá?» (Pires 74).

Para além disso, bastantes gramáticos abstêm-se de qualquer alusão a essas categorias semânticas. Falam em termos que já poderíamos qualificar de «discursivos». J.Dunn (1930:281), por exemplo, fala no emprego (excepcional) do possessivo no sintagma nominal sujeito: *Portuguese makes but little use of the possessive adjective, except before the subject of a sentence and when clearness or emphasis requires it. As far as possible, it is replaced by the definite article before the name of the thing possessed [...]*¹⁰. Outros¹¹ destacam que a ausência do possessivo é possível cada vez que não houver dúvida acerca da identidade do «possuidor»¹²: *L'article défini remplace l'adjectif possessif lorsque le sens de la phrase indique suffisamment le possesseur: -Perdi o livro, J'ai perdu mon livre*¹³. De facto, ambas as perspectivas -semântica e discursiva- presentes explícita e implicitamente nas gramáticas não nos parecem incompatíveis. Com efeito, os referentes dos nomes que designam partes do corpo, relações de parentesco e objectos pessoais caracterizam-se pela alta probabilidade de pertencerem ao registo permanente («permanent registry») do nosso conhecimento¹⁴. Dada a presença destes referentes no registo permanente, o narrador pode achar a menção

¹⁰ O sublinhado é nosso.

¹¹ Cf. também F. Da Silveira Bueno (1968⁷:152), Cl. Brandão (1963:245), R.C. Willis e G.C. Harrap (1965:248).

¹² Sobre a natureza «possessiva» da relação entre um ser humano e as partes do corpo, veja-se A.-M. Spanoghe (1995).

¹³ J.Martins (s.d., 46). O sublinhado é nosso.

¹⁴ O «registo permanente» é uma noção cognitiva indicando a informação que num universo dado faz parte de uma maneira mais ou menos permanente do nosso conhecimento. S. Kuno (1976:271) descreve o registo permanente da maneira seguinte:

«[...] noun phrases of unique reference, such as **the sun, the moon, my wife, my children**, and generic noun phrases such as **man** (human beings in general) seem to be in the permanent registry of the speaker/hearer. Once their entry in the registry is established, they do not have to be reentered for each discourse.»
Encontramos noções semelhantes noutros estudos: R.Rhodes (1981) *apud* C. De Lacerda (1983) fala de registo público («the public record»). J.Haiman (1980) emprega a noção de experiência comum («shared experience») e T.Givón (1983:10) chama a atenção para a existência de um registo permanente:
«There is enough cross-language evidence, further, to suggest that some important topics are in the file

do ponto de referência¹⁵ desnecessária, o que explica o uso do artigo definido na maioria dos casos:

TEXTOS (PORTUGUÊS DE PORTUGAL)	ARTIGO DEFINIDO	ARTIGO DEFINIDO + POSSESSIVO
CLÁUDIO	106 Deteve-se na morte do pai , nos estudos dos três irmãos mais novos, na dignidade do avô tutelar, na ubiquidade da mãe transtornada de ansiosa viuvez. (Cláudio, 17)	88 E, no casarão onde vivíamos ainda, com a minha mãe e os meus três irmãos solteiros , assaltava-me o ímpeto de abandonar aquela quadra atabufada [...]. (Cláudio 114)
MELO	841 Pensando na mulher e nas filhas , desejando afundar-se até à morte no corpo da mulher e no sorriso das filhas , era um homem perdido, com os pés na lama e a noção de pátria em crise. (Melo 21-22)	185 - Quero ir à minha mãe ! (Melo 42)
PIRES	281 À volta do largo já não têm mulheres a espiá-los, embora as adivinhem, escondidas lá no fundo das casas, segurando os filhos curiosos. (Pires 44)	21 «Levem-me para a minha neta . Por tudo, senhores.» (Pires 29)
Total: 1522	1228 (80,7 %)	294 (19,3 %)

permanently, and are thus always available to speakers/hearers as part of their generic firmament. These are most typically unique important features of the universe, such as the sun, the moon, the world, etc. They are also inalienably possessed body parts ('my head') or kinship terms ('my mother').»

¹⁵ Neste caso, o ponto de referência é o que se chama tradicionalmente o «possuidor». Na perspectiva cognitiva/discursiva preferimos falar de «seleccionador» («trigger», cf. C. De Lacerda 1983) de determinadas unidades cognitivas (cf. «frame» de M.Minsky, 1980, «script» de R.C. Schank e R.P. Abelson 1977, «schemata» de Bobrow e Norman 1975, *apud* C. De Lacerda 1983). Um referente, seja um ser humano, um animal,... implica associações das quais algumas serão julgadas pertinentes no decorrer do discurso: com um ser humano podemos associar partes do corpo, a casa, as relações de parentesco,...uma mesa associa-se com as patas, eventualmente a cadeira,... o cão pode implicar o dono,... um nome deverbal *a morte, a vida, a destruição* implica um agente, paciente, ...

Assim, através do emprego do artigo definido, o narrador considera o ponto de referência como estabelecido na mente do interlocutor (i.e. leitor). Isto explica, por uma parte, a razão pela qual os nomes designando as categorias acima mencionadas não seleccionam automaticamente ou exclusivamente o artigo definido¹⁶ como determinante e, por outra parte, o emprego constante do possessivo anteposto aos substantivos com referente abstracto, predicativo ou indicando relações humanas quando este é introduzido no discurso¹⁷. Consideremos os exemplos seguintes que contêm

-um referente abstracto:

São desenhos muito puros [...] exibindo **a sua mocidade e a sua galhardia, a sua graça e a sua beleza**. (Cláudio 43)

E não me dispensei de admitir a profundíssima saudade, que me restara, afinal, daquela época **da minha infância** [...]. (Cláudio 20)

Pensou que um gesto assim lhe ficaria de memória para o resto **dos seus dias**. (Melo 10)

Mas perguntavam **à sua consciência** se seria justo vir de tão longe para voltar à mulher e aos filhos de mãos a abanar. (Pires 26)

[...] pôs-se a insultar o mundo, a Guarda, ela mesma e **a sua sorte** infeliz. (Pires 28);

- um referente predicativo

[...] a era de Quinhentos, que foi, sem discussão, até agora, o período mais cintilante **do nosso desenvolvimento**. (Cláudio 47)

Possuímos quatro criadas, fiscalizadas a toda a hora, sempre prontas a atender-nos, desde que comuniquemos, primeiro, à dona da casa, **o nosso desejo** de ser servidos. (Cláudio 18-19)

Fica um momento à escuta, de súbito tão verde quanto **o seu espanto**, mas acaba por rastejar à pressa para o capim. (Melo 10)

Ao tempo em que elas faziam **os seus comentários** ia Casimira por atalhos e quebradas com um saquinho na mão [...]. (Pires 133)¹⁸ ;

- um referente indicando relações humanas¹⁹:

E ríamos muito, eu e **as minhas amigas** [...]. (Cláudio 12)

Para me contentar, naquela altura, bastava a presença **da minha pequena prometida** [...]. (Cláudio 59)

¹⁶ O que fazem os nomes designando o sol, a lua, a terra na sua acepção de corpos celestes, cf. *supra*.

¹⁷ Repare-se na função semelhante do possessivo e do artigo indefinido quando introduzem um referente julgado desconhecido no discurso (cf. as teorias de G.Guillaume 1975 e P. Christophersen 1939).

¹⁸ Para uma reflexão sobre a ambiguidade deste tipo de construções, cf. D.Gaetone (1986).

¹⁹ M. Goyens e W. Van Hoecke (1991:16) observam o mesmo fenómeno em francês.

Aqui virão uma noite, antes do amanhecer, e quererão mui docentemente levá-lo para longe, para a Casa de Reclusão de Luanda, onde estão presos alguns dos seus amigos [...]. (Melo 167-168)

«Aqui o nosso compadre é um tipo porreirinho.» (Pires 71)

Em resumo, observámos que o narrador pode considerar perfeitamente um referente, fruto de uma associação instantânea (ser humano-partes do corpo, por exemplo), como identificável no momento da sua introdução no discurso (donde a possibilidade de empregar o artigo definido). Perante referentes abstractos, predicativos ou referentes indicando relações humanas, pelo contrário, o narrador parece supor que o leitor estabelecerá menos facilmente a relação com o ponto de referência, o que é resolvido pelo emprego do possessivo.

Será deste ponto de vista que iniciaremos a etapa seguinte da nossa análise do possessivo que tomará em conta o problema da presença ou ausência do artigo definido anteposto.

2. SEGUNDO ASPECTO: EMPREGO (O MEU LIVRO) OU AUSÊNCIA (MEU LIVRO) DO ARTIGO DEFINIDO

Ao contrário do que sucedeu na etapa anterior, a questão da presença ou ausência do artigo definido anteposto é unanimemente²⁰ e explicitamente considerada como uma dificuldade da língua portuguesa. Cristaliza-se a atenção em duas interpretações do fenómeno.

Por um lado, descreve-se a alternância *o meu* vs. *meu* em termos geográficos²¹. Assim, o emprego do artigo definido seria uma característica do português de Portugal; a ausência deste determinante seria uma propriedade do português do Brasil: *Pelo contrário, no português do Brasil o mais frequente é a ausência do artigo com os adjetivos possessivos [...]*²². Em todo o caso, os nossos resultados estatísticos apresentados na página seguinte não desmentem a observação de P. Vázquez Cuesta e M.A. Mendes Da Luz:

²⁰ Nas tradições gramaticais portuguesa e brasileira, ao menos.

²¹ Numa comunicação pessoal, M.A. Formiga sugeriu um reexame do problema não só numa perspectiva geográfica, mas também em termos sociolinguísticos, cf. M.A. Formiga e A.-M. Spanoghe (em preparação).

²² P. Vázquez Cuesta e M.A. Mendes Da Luz (1980:465). Para uma reflexão sobre a ambiguidade deste tipo de construções, cf. D.Gaetone (1986).

TEXTOS (PORTUGUÊS DE PORTUGAL)	ARTIGO DEFINIDO	ARTIGO DEFINIDO + POSSESSIVO	POSSESSIVO
CLÁUDIO	106 Deve-se na morte do pai, nos estudos dos três irmãos mais novos, na dignidade do avô tutelar, na ubiquidade da mãe transformada de ansiosa vivez. (Cláudio, 17)	399 <i>E esmerava-se toda a nossa família, a minha mãe e os meus irmãos, a Maria e eu, em apossar numa prática de pompança e aforro [...].</i> (Cláudio 91)	33 <i>«O que é a vida, minha filha», queixava-se a Lídia [...].</i> (Cláudio 146)
MELO	841 <i>Pensando na mulher e nas filhas, desejando ofundar-se até à morte no corpo da mulher e no sorriso das filhas, era um homem perdido, com os pés na lama e a noção de pátria em crise.</i> (Melo 21-22)	913 <i>Quero ir à minha mãe !</i> (Melo 42)	388 <i>Pensa lá dentro de si gostava ver ainda o dia de seu marido revoltar nos brancos.</i> (Melo 33)
PIRES	281 <i>À volta do largo já não têm mulheres a espíá-los, embora as advinhem, escondidas lá no fundo das casas, segurando os filhos cariosos.</i> (Pires 44)	160 <i>«Se o sargento não lhe diz onde está a sua neta é porque não quer a visitem.»</i> (Pires 133)	37 <i>«Levem-me para onde a mocinha. Não vêem que é minha neta? Não vêem, caramba?»</i> (Pires 29)
TOTAL: 3158	1228	1472	458
TEXTOS (PORTUGUÊS DO BRASIL)	ARTIGO DEFINIDO	ARTIGO DEFINIDO + POSSESSIVO	POSSESSIVO
RAMOS	384 <i>Arrastavam-se para lá, devagar, sinha Vitória com o filho mais novo.</i> (Ramos 9)	22 <i>[...] baixon a cauda, resignou-se ao capricio dos seus donos.</i> (Ramos 83)	-
ROSA	405 <i>Um dia, em hora de não imaginar, falara à mãe [...].</i> (Rosa 156)	32 <i>«Perdoa o teu Pai, que ele trabalha demais, Miguelim, para a gente poder sair de debaixo da pobreza [...].»</i> (Rosa 125)	293 <i>Um certo Miguelim morava com sua mãe, seu pai e seus irmãos, longe, longe daqui [...].</i> (Rosa 13)
SABINO	221 <i>Vivia com o pai na mesma casa [...].</i> (Sabino 181)	134 <i>E a todo instante olhávamos disfarçados os nossos filhos [...].</i> (Sabino 112)	291 <i>Não vai esse Padre dizer que meu filho está entre eles, pensei.</i> (Sabino 63)
TOTAL: 1782	1010	188	584

Por outro lado, encontramos não só as mesmas categorias semânticas (cf. supra 1.) -tanto no português de Portugal: *Im Portugiesischen steht im allgemeinen der bestimmte Artikel vor dem Possessivpronomen. Bei Verwandtschaftsbezeichnungen kann er in gewählter Ausdrucksweise auch fehlen.*²³, como no português do Brasil: *Modernamente o uso é inteiramente livre, nada havendo que nos proíba o uso do artigo antes do possessivo senão quando êste determina nome de parentesco e das partes do corpo humano.*²⁴ - mas também podemos discernir critérios discursivos utilizados para descrever a omissão do artigo definido anteposto. P. Vázquez Cuesta e M.A. Mendes Da Luz (1980:465-466), por exemplo, estimam que a ausência do artigo definido anteposto ao possessivo no português de Portugal é capaz de se operar na presença de

1º um nome de parentesco: *falei com teu pai / falei com o teu pai,*

2º um vocativo: *meu coronel,*

3º a palavra *casa*: *estou em minha casa / estou na minha casa,*

4º grupos fraseológicos tradicionais: *em meu poder,*

5º um demonstrativo: *Leva esses teus livros .*

A este inventário M.T. Hundertmark-Santos Martins (1982:100) junta a aposição: «[...] meistens in der Apposition: o gato, **seu** único companheiro, estava deitado ao sol».

E, efectivamente, podemos orientar as observações numa perspectiva discursiva afirmando que os referentes dos nomes que admitem a omissão do artigo definido ora se consideram facilmente como identificáveis - seja através do registo permanente (relações de parentesco) ou por meio do contexto de enunciação (palavra *casa*, vocativo, títulos) - ora não têm interesse a estarem identificáveis (sintagmas em função de atributo²⁵, aposição), ou requerem um grau de definitude pormenorizado (emprego do demonstrativo em vez do artigo definido).

Interpretando de uma maneira discursiva e unificadora os casos de omissão do artigo definido encontramos-nos na óptica de J.Mattoso Câmara (1972, 86-87):

In Brasil, however, the article is usually omitted if it is clear from context that the noun is to be taken as definite. Thus, corresponding to the indefinite phrase in **meus livros são numerosos**¹⁷, we may have the definite phrase either with the article, as in **os meus livros são os seguintes...**, or without the article, as in **meus livros são os seguintes...**, both meaning 'my books are the following ones'...[...] the article serves to express the category 'definite' by its presence or 'indefinite' by its absence. ²⁶

²³ J.A. Palma Caetano *et alii* (1992:171). Cf. também R.Cantel (1959²:67), M.T. Hundertmark-Santos Martins (1982:100), R.C. Willis e G.C. Harrap (1965:247), E.C. Hills *et alii* (1944:49) C.Cunha e L.Sintra (1989⁶:216).

²⁴ F.Da Silveira Bueno (1968⁷:322)

²⁵ Para a valor referencial do sintagma atributo, cf. M.Van Peteghem (1991).

²⁶ A nota 17: «In Portugal **os meus livros são numerosos** is preferred despite the evident indefinite character of the phrase headed by **livros**». A mesma visão encontra-se num estudo sobre o possessivo italiano de Ch. Lyons (1985:100).

No entanto, mesmo assim ainda não temos resolvido a questão da frequência diferente de *meu* e *o meu* no português de Portugal e no português do Brasil.

As informações ao respeito são escassas e, em geral, limitam-se a observações estatísticas confirmadas pelo nosso corpus (cf. *supra*). No que toca o português de Portugal, os nossos exemplos confirmam a lição gramatical: não encontramos artigo definido junto ao possessivo

- na aposição

Lamentou-se para a bebida, **sua companheira naquela altura**. (Pires 13),

- com a palavra *casa*

O período que precedeu o baptismo do Filho foi caracterizado, lembro-me perfeitamente, por um cúmulo de tensões em **noossa casa** [...]. (Cláudio 188),

- no vocativo (sejam nomes designando relações de parentesco ou não)

«Ouve, **meu filho**, ama as árvores» ia repetindo [...] (Cláudio 113)

Boa noite, **nosso amigo**. Arranja-se aí lugar para um doente?» (Pires 194),

- no atributo

Por essa razão preferiu não se sentar na tarimba, como seria **seu desejo**, procurando vencer a fadiga com algumas histórias que contou ao guarda novo. (Pires 73),

- nos grupos fraseológicos

Em **meu entender**, o melhor seria esperar pela limpeza do poço. (Pires 39)

Reagem os modernistas remetendo à categoria de académica toda e qualquer manifestação, que não tenha, a **seu favor**, o aval de uma actualidade incontestável. (Cláudio 46).

O número de ocorrências bastante elevado no romance de J. De Melo (cf. *supra*) seria devido à imitação do angolano que, pelos vistos, não usa artigo definido anteposto ao possessivo:

Tou doente **em minha cabeça**. (Melo 77)

Pensa lá dentro de si gostava ver ainda o dia de **seu marido** revoltar nos brancos [...]. (Melo 33)

Os monandengues tinham parado **suas brincadeiras** na terra vermelha. Olhavam só em **sua mãe** ao longe, mas Natália enxotou na direcção deles, zangada: -Tunda, tunda! Criança pequena num pode ver **seu papá** apanhar assim, nessa maneira vergonhosa. (Melo 29)

Para além dos casos mais ou menos facilmente situáveis à luz do que encontramos nas gramáticas e nas publicações científicas, subsistem uns exemplos²⁷ onde a ausência do

²⁷ Pires: 1 exemplo
Cláudio: 16 exemplos

artigo definido se poderia explicar pela vontade, da parte do narrador, de indicar que um referente carece de importância no decorrer do discurso²⁸:

Os guardas de quem se fala na taberna foram sentar-se ao portão dum curral. Desabotoaram a camisa, abandonaram o corpo, e cada qual, cismando **em suas coisas**, olha as galinhas que rapam em volta do poço, à sombra da barriga dos cavalos. (Pires 41)

E que herança nos deixou, ao fim de contas, simbolizada nesse castelo bonito, cujos muros as excursões da volta ao Minho costumam percorrer, nas tardes de Verão, acarretando **seus farnéis de arroz de cabidela** [...]? (Cláudio 85)

Que poderemos realizar nós, varões do século vinte, que iguale os feitos desse colosso de bronze, assentado altivamente, como quem sabe tê-los, pesados e solenes, no sítio próprio, imperador empunhando o ceptro de **sua justiça e de sua equidade**? (Cláudio 87)

O funcionamento do possessivo no português do Brasil, onde a regra geral dicta o emprego da forma *meu* em vez de *o meu*, por exemplo, está confirmado grosso modo pelos resultados do nosso trabalho empírico (cf. *supra*) e apresenta-se como a imagem reflectida do seu pendente no português de Portugal. No entanto, vemos que a opção *meu / o meu* também depende do autor: Graciliano Ramos, que imita a fala extremamente simples dos habitantes do Nordeste, nunca emprega a forma sem artigo²⁹ (cf. *supra*). Fernando Sabino e Jorge Guimarães Rosa alinham-se nas descrições gramaticais tradicionais, embora na obra do primeiro autor encontremos dois exemplos que talvez nos permitam sugerir umas linhas explicativas no caso de uma aparição (excepcional) da forma *o meu* no português do Brasil. O primeiro trecho mostra uma oposição entre um referente fazendo parte do primeiro plano do discurso (*a sua realzeza*) e outro que se situa no telão de fundo (*um famoso galgo de sua propriedade*):

Saía a passear pela praia **a sua realzeza**, com um famoso galgo de **sua propriedade**, amarrado numa corda, e mal correspondia às medidas do dono da pensão. (Sabino 87)

No segundo trecho a presença explícita da classe dos andares parece provocar o emprego do artigo definido indicando claramente que se trata de um andar bem específico e identificável:

²⁸ Cf. P.J. Hopper (1979). Repare-se também na presença (sem excepção) de um sintagma preposicional.

²⁹ Assim os nossos resultados contradizem a observação de D. Lucchesi (1993:91): «In Portugal and the south of Brazil, the definite article and the possessive normally co-occur, whereas in northern and northeast Brazil the article is normally absent.» M.A. Formiga prevê uma situação ainda mais complexa, porque o nível de formação do autor é capaz de influenciar a opção pela forma *meu / o meu*. Graciliano Ramos, por exemplo, costuma escrever numa linguagem muito elevada e é por isso que talvez empregue a forma sem artigo. Esta problemática é aprofundada em M.A. Formiga e A.-M. Spanoghe (em preparação).

Desta vez, era o homem da televisão! Não era. Refugiado no lanço de escada entre **os andares**, esperou que o elevador passasse, e voltou para a porta de **seu apartamento** [...]. Percebeu, desorientado, que estava sendo levado cada vez para mais longe **de seu apartamento** [...]. Depois experimentou apertar o botão **do seu andar**. (Sabino 66-67)

Tanto no português de Portugal como no português do Brasil o desvio da regra geral predicando o emprego da forma *o meu* em Portugal e a forma *meu* no Brasil, implica matizes subtis: por uma parte, o emprego da forma *meu* no português de Portugal indicaria uma vontade explícita de deixar o referente indeterminado, se calhar porque não é julgado pertinente no decorrer do discurso; por outra parte, usar a forma *o meu* no português do Brasil além de ser um regionalismo, explicitaria uma informação de primeiro plano ou um referente particular de uma classe mencionada.

3. TERCEIRO ASPECTO: A OPÇÃO *MEU* (*MEU LIVRO*) VS. *O* (*O LIVRO*) NO PORTUGUÊS DO BRASIL

A alternância que nos resta a examinar parece principalmente inerente ao português do Brasil e consiste no emprego (mais sistematicamente observável do que no caso de *o meu* vs. *o* no português de Portugal) da forma *meu* para introduzir no discurso um referente na sua relação com o seu ponto de referência. Na passagem seguinte pode-se observar dois tipos de introdução no discurso (artigo indefinido/artigo definido/demonstrativo vs. possessivo/artigo definido) de referentes considerados como novos³⁰ :

Agora ele deteve **sua carroça** na esquina, enquanto **uma negra** surgido não sei de onde parece desafiá-lo à distância. (Sabino 14)

[...]

-Não posso entregar o leite, que **aquela negra** está querendo me furtar uma garrafa. É só largar **a carroça** e ela vem. (Sabino 15)

[...]

Surge **a negra** na esquina. Vem indo de mansinho, colada à parede. Encosta-se **na carroça** como quem não quer nada [...]. (Sabino 15)

Este mecanismo está bastante generalizado e sistematizado:

Um dia o capitão o desafiou com a sugestão de número inédito:

- Um mágico já engoliu **meu anel** e depois devolveu.

- Isso é fácil, também sei fazer: me dá **o anel**.

[...]

- Me dá **meu anel** -protestou o capitão [...].

- Eu engoli. Amanhã devolvo. (Sabino 173)

³⁰ Repare-se igualmente na função semelhante do artigo indefinido e do possessivo.

- O próximo trem sai às seis e trinta e oito- me informaram.

Acertei **meu relógio** pelo da estação: eram exatamente seis da tarde. (Sabino 57)

[...]

Olhei **o relógio**: seis e trinta e cinco. (Sabino 59)

Até com nomes designando relações de parentesco, uma categoria semântica tradicionalmente considerada como fazendo parte do nosso registo permanente (cf. *supra*) encontramos o mesmo procedimento. Ilustrativo ao respeito é o início do romance de Jorge Guimarães Rosa:

Um certo Miguilim morava com **sua mãe, seu pai e seus irmãos**, longe, longe daqui, muito depois da Vereda-do-Frango-d'Água e de outras veredas sem nome ou pouco conhecidas, em ponto remoto, no Mutum. (Rosa 13)

Na página seguinte, o narrador, depois de ele ter introduzido os pais de Miguilim, contenta-se do artigo definido:

Quando voltou para casa, seu maior pensamento era que tinha a boa notícia para dar **à mãe** [...]. (Rosa 14)

Seja como for, o facto de recorrer ao possessivo para introduzir um referente julgado desconhecido para o leitor não é regra geral porque às vezes, mesmo no começar de um texto narrativo, um narrador pode impor uma complicidade ao leitor. Pensamos mais particularmente no começo do conto «Conjugal» de Fernando Sabino, onde falta todo indício explícito de ponto de referência:

Telefonou para **a irmã**, indignada:

- Imagine que aquele sem-vergonha mandou aqui uma ordenança para me avisar que ele não vem jantar, tem de ficar até mais tarde no quartel. Fiquei desconfiada, telefonei para o comandante e ele me disse que todos já foram embora, não tem ninguém mais no quartel! O que é que eu faço?

- Vem para cá -disse-lhe **a irmã**. (Sabino 7)

Levanta-se, finalmente, o problema da medida em que um narrador possa fazer apelo à complicidade do leitor sem que a mensagem esteja sensivelmente alterada ou se torne incompreensível.

4. PERSPECTIVAS

Ao termo de algumas reflexões e sugestões acerca do funcionamento da sequência [*o*] *meu*, [*o*] *teu*,... em português, damo-nos conta da complexidade da problemática onde intervêm factores de natureza diferente: citemos, por exemplo, os parâmetros cognitivos (registo permanente), geográficos (regionalismo brasileiro -ou arcaísmo-), discursivos (referente pertencendo ao primeiro plano da narração ou não, referente julgado (in)determinado/ identificável ou não).

Parece-nos que o facto de apresentarmos um referente como identificável depende mais da categoria semântica do referente no português de Portugal do que no português do Brasil. Nesta língua o procedimento discursivo parece mais sistematizado e portanto menos dependente do tipo de referente.

Evidentemente, as nossas observações gerais devem ser controladas por estudos sobre línguas que possuem um sistema possessivo semelhante (o italiano, por exemplo) e precisadas por um exame sobre a medida em que um narrador tem a liberdade de apresentar como identificável um referente que introduz no discurso:

Encontrou uma reunião de gregas velhas, na qual se meteu sem entender uma palavra - não logrou sequer explicar quem era, e a razão de **sua presença** ali. Ficou sentada, quieta **no seu canto**, sem saber mais o que fazer - ao cruzar **as pernas**, atirou **o sapato** a dois metros de distância. (Sabino 38-39)

BIBLIOGRAFIA

Textos analisados

- Português de Portugal

- CLÁUDIO = Cláudio, M. (1992): *Tocata para dois clarins*. Lisboa: Dom Quixote.
 MELO = Melo, J. de (1992): *Autópsia de um mar de ruínas*. Lisboa: Dom Quixote.
 PIRES = Pires, J. Cardoso (1992): *O hóspede de Job*. Lisboa: Dom Quixote.

- Português do Brasil

- RAMOS = Ramos, G. (1938): *Vidas secas*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.
 ROSA = Rosa, J. Guimarães (1984): *Manuelzão e Miguilim*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
 SABINO = Sabino, F. (1960): *O homem nu*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record.

Gramáticas e publicações científicas

- Abreu, M.J. e Rameh, C. (1966/7): *Português contemporâneo*, Vol.1. Washington: s.n.
 Adam, J.-M. (1985): «Quels types de textes?», *Le Français Moderne* 192, pp. 39-43.
 Bechara, E. (1987³¹): *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
 Benveniste, E. (1966): *Problèmes de linguistique générale*, Vol.1. Paris: Gallimard.
 Brandão, Cl. (1963): *Syntaxe clássica portuguesa*. Belo Horizonte: s.n.
 Beno, F. Da Silveira (1968⁷): *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.

- Caetano, J.A. Palma *et alii* (1992): *Grammatik Portugiesisch*. München: Max Hueber Verlag.
- Câmara, J. Mattoso (1972): *The Portuguese Language*. Chicago/London: The Univ. of Chicago Press.
- Cantel, R. (1959²): *Précis de grammaire portugaise*. Poitiers: Librairie Vuibert.
- Christophersen, P. (1939): *The articles. A study of their theory and use in English*. Copenhagen: E. Munksgaard.
- Cunha, C. e Sintra, L. (1989⁶): *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: João Sá da Costa.
- Donnellan, K. (1971): «Reference and definite descriptions», in: D. D. Steinberg e L.A. Jakobovitch (eds.): *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 100-114.
- Ducrot, O. (1984): *Le dire et le dit*. Paris: Minuit.
- Dunn, J. (1930): *A grammar of the Portuguese language*. London: D. Nutt.
- Formiga, M.A. e Spanoghe, A.-M. (em preparação): «**meu livro vs o meu livro**, brasileirismo ou aracaísmo?»
- Frege, G. (1952): «On concept and object», in: *Translations from the philosophical writings of Gotlob Frege*. Oxford: Blackwell.
- Gaetone, D. (1986): «Problèmes de possessivation en français», in: *Morphosyntax des langues romanes, Actes du XVII ième Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, pp. 223-232.
- Galmiche, M. (1983): «Les ambiguïtés référentielles ou les pièges de la référence», *Langue Française* 57, pp. 60-86.
- Givón, T. (1983): «Topic continuity in discourse: an introduction», in: T. Givón (ed.): *Topic continuity in discourse: a quantitative cross-language study*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, pp. 1-41.
- Goyens, M. e van Hoecke, W. (1991): *L'emploi des possessifs du latin au français moderne*. Leuven: Preprints van het Departement Linguistiek- Series 136.
- Guillaume, G. (1975): *Le problème de l'article et sa solution dans la langue française*. Paris: Nizet.
- Haiman, J. (1980): «Dictionaries and Encyclopedias», *Lingua* 50, pp. 329-357.
- Hills, E.C. *et alii* (1944): *Portuguese Grammar*. Boston: D.C. Heath and Company.
- Hopper, Paul J. (1979): «Aspect and foregrounding in discourse», in: T. Givón (ed.): *Syntax and Semantics* 12. New York, Academis Press.
- Hundertmark-Santos Martins, M.T. (1982): *Portugiesische Grammatik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Kuno, S. (1972): «Functional Sentence Perspective», *Linguistic Inquiry* 3/3, pp. 269-320.
- Kuno, S. (1976): «Subject, Theme and the Speaker's Empathy», in: Ch.N. LI (ed.): *Subject and Topic*, pp. 417-444.

- Lacerda, C. de (1983): *The article in Brazilian Portuguese narrative discourse*. Ann Arbor: U.M.I.
- Longacre, R.E. (1976): *An anatomy of speech notions*. Lisse: Peter de Ridder Press.
- Lucchesi, D. (1993): «The article systems of Cape Verde and São Tomé Creole Portuguese: general principles and specific factors», *Journal of Pidgin and Creole Languages* 8/1, pp. 81-108.
- Lundquist, L. (1990): «La linguistique textuelle», in: G. Holtus, M. Metzeltin, Ch. Schmitt (eds.): *Lexikon der Romanistischen Linguistik V/1*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 144-153.
- Lyons, Ch. (1985): «A possessive parameter», *Sheffield Working Papers in Language and Linguistics* 2, pp. 98-104.
- Martins, J. (s.d.): *Abrégé de grammaire portugaise*. Lisboa: Portugália.
- Meier, H. (1957): «Zum Artikelgebrauch bei Possessivpronomina im Portugiesischen», *Festschrift für E. Gamillscheg*, pp. 373-386.
- Metzeltin, M. (1990): «Textsorten», in: G. Holtus, M. Metzeltin, Ch. Schmitt (eds.): *Lexikon der Romanistischen Linguistik V/1*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 166-181.
- Minsky, M. (1980): «A framework for representing knowledge», in: D. Metzger (ed.): *Frame conception and text understanding*. New York: Walter De Gruyter.
- Nogueira, R. DE SÁ (1969²): *Dicionário de erros e problemas de linguagem*. Lisboa: Livraria Clássica ed.
- Pratt, M.L. (1977): *Toward a speech act theory of literary discourse*. Bloomington: Indiana University Press.
- Rhodes, R. (1981): *Discourse Workshop*. Ann Arbor.
- Russell, B. (1905): «On denoting», *Mind* XIV.
- Schank, R.C. e Abelson, R.P. (1977): *Scripts, Plans, Goals and Understanding*. New York: Hillsdale.
- Spanoghe, A.-M. (1995): *La syntaxe de l'appartenance inaliénable en français, en espagnol et en portugais*. Bern: Peter Lang Verlag.
- Strawson, P.F. (1950): «On referring», *Mind* 50, pp. 320-344.
- Swiggers, P. (1993) *À propos de l'anaphore possessive en latin*. Leuven: Preprints van het Departement Linguistiek-series 146.
- Teyssier, P. (1976): *Manuel de langue portugaise*. Paris: Klincksieck.
- Van Peteghem, M. (1991): *Les phrases copulatives dans les langues romanes*. Wilhelmsfeld: Egert.
- Vázquez Cuesta, P. e Mendes da Luz, M.A. (1980): *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: ed. 70.
- Werlich, E. (1983): *A text grammar of English*. Heidelberg: Quelle und Meyer.
- Willis, R.C. e Harrap, G.C. (1965): *An essential course in modern Portuguese*. London: Harrap.